

Migração, rede de cidades e dinâmica territorial na Região de Influência de Salvador (Brasil)

Gil Carlos S. Porto^{**}

Ralfo Matos^{***}

Carlos Lobo^{****}

RESUMO

Relações entre cidades de um determinado território estruturam fluxos geográficos de diferentes tipos. As trocas de mercadorias, informações, ideias, tanto quanto os movimentos migratórios, organizam e (re) dinamizam redes de cidades. Nesse artigo procura-se descrever e analisar a dinâmica socioespacial da Região de Influência de Salvador (Brasil), conforme regionalização instituída pelo IBGE (REGIC 2007). Diante desse propósito utilizam-se os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, explorando e mapeando variáveis de estoque e a migração de “data fixa”, a fim de explicitar fluxos intermunicipais significativos no reordenamento regional. Os resultados indicam que: *i)* a região mantém ainda suas características de perda de população, sobretudo para São Paulo, embora o volume da imigração tenha aumentado – dada a relevância da migração de retorno a região; *ii)* muito mais que Salvador, sua periferia imediata ampliou expressivamente sua força de atração de população da região de influência; *iii)* os saldos negativos intrarregionais de Feira de Santana e Aracaju sugerem redução da capacidade de polarização. Ao que tudo indica, a metrópole de Salvador, a despeito de sua defasagem temporal e diferenças de magnitude de estoque e fluxos, comporta-se de modo similar às demais metrópoles brasileiras em termos de mudanças no padrão migratório.

^{**} Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG.

^{***} Doutor em Demografia. Professor Associado do Departamento de Geografia IGC/UFMG.

^{****} Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia IGC/UFMG.

1. Introdução

As transformações econômicas e políticas ocorridas no mundo e no Brasil ao longo do século XX repercutiram de forma diferenciada nas macro unidades regionais do país, bem como em suas unidades federativas. Internamente, o desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo, a intensificação da industrialização no Sudeste do país e a chegada de imigrantes europeus, contribuíram, juntamente com outros fatores, para a produção de dinâmicas particulares nos recortes espaciais mencionados. As mudanças ocorridas em cada unidade da federação respondem, de maneira mais ou menos intensa, às transformações externas. O desenvolvimento de atividades produtivas, as dinâmicas demográfica e espacial, e a hierarquia urbana consolidada ou em formação, atuaram no processo de produção de estruturas territoriais particulares. Soma-se a estes fatos, no caso da Bahia, o papel da geo-história, sobretudo, do tempo do Brasil monárquico.

Desde o início do processo de ocupação lusitana na América as terras correspondentes ao atual estado da Bahia apresentaram importância no projeto expansionista português, bem como no desenvolvimento inicial das relações capitalistas no Velho Mundo. A cidade de Salvador, situada no Recôncavo Baiano¹, por mais de dois séculos, foi a capital da colônia e articulou o território americano à Europa, formando uma importante rede de cidades articuladas mundialmente. Salvador, nesse período, foi uma das cidades mais dinâmicas e populosas de todo o Hemisfério Sul. Com o desenvolvimento da atividade aurífera na província de Minas Gerais e a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 a capital, bem como a província como um todo, passou a receber menos investimentos da Coroa e aos poucos perdeu a posição adquirida nos séculos anteriores.

No entanto, mesmo com a mudança política e econômica em curso, a província da Bahia manteve certo dinamismo econômico e populacional que alcançou o século XIX. De acordo com o primeiro censo realizado no país, no ano de 1872, o atual estado da Bahia possuía 1.379.616 habitantes; este montante correspondia, na época, ao segundo maior contingente populacional do território nacional, como indica a Tabela 1. Naquele momento, a mais populosa das províncias era Minas Gerais. São Paulo, o estado mais populoso do Brasil contemporâneo, ocupava a quarta posição; as províncias nordestinas, Ceará e Pernambuco,

¹ Esta região foi uma das mais importantes, do ponto de vista econômica e estratégico, para o desenvolvimento do projeto português na América. De acordo com Porto (2011), ela foi efetivamente ocupada pela monarquia portuguesa nos anos seiscentos, logo depois da fundação da cidade de Salvador, em 1539. Nos séculos seguintes, ali se desenvolveu a atividade canavieira, bem como importante atividade fumageira. Os negros, vindos da África como escravos, foram a principal mão de obra utilizada nesses empreendimentos, que, juntamente com os nativos, com a coroa portuguesa e com os senhores de engenho, constituíram-se nos principais agentes produtores de espaço.

bem como a do Rio de Janeiro e o Município Neutro possuíam expressivos números populacionais.

Tabela 1: População das principais províncias brasileiras - 1872

Províncias	População Absoluta
Minas Gerais	2.102.689
Bahia	1.379.616
Pernambuco	841.539
São Paulo	837.354
Rio de Janeiro	819.604
Ceará	721.686
Município Neutro	274.972
Brasil	9.930.478

Fonte: IBGE, 1872.

A Bahia continuou, durante todo o século XX, a manter taxas significativas de crescimento populacional, embora, juntamente com Minas Gerais, foi a unidade federativa que mais perdeu população, em termos absolutos, em função da intensa migração, inicialmente para o estado do Rio de Janeiro e depois para o Estado de São Paulo. Se durante os primeiros 70 anos deste século o estado nordestino perdeu parte considerável de sua força de trabalho, em função do desenvolvimento da atividade industrial no Sudeste, a partir de então, observa-se uma diminuição da saída de migrantes. Novas dinâmicas demográficas intra-regionais indicam que o estado apresenta relativa atratividade contribuindo para o retorno daqueles que um dia deixaram suas residências e para outros que chegam em função das novas oportunidades produtivas. De certa maneira, o retorno de migrantes à Região Nordeste pode ser classificado como parte do fenômeno da reversão da polarização². De acordo com Matos (1995), em todas as etapas do processo de dispersão espacial observa-se dinamismo nas atividades econômicas e redistribuição da população; um dos elementos mais centrais das mudanças é a radical alteração dos fluxos migratórios. Observa que esses nem sempre se dão com a mesma lógica de expansão das atividades econômicas, embora a desconcentração demográfica coincida com a desconcentração econômica em vários aspectos. Para ele a reversão de tendências migratórias pode associar-se a duas hipóteses: de um lado as áreas centrais receptoras poderiam “expulsar” parte de seus moradores em função da elevação do custo de vida urbano e, de outro lado, nas áreas emissoras pode ter havido diminuição dos

² Este processo caracteriza-se pela redistribuição das atividades produtivas no território de um país, sobretudo àquelas vinculadas à transformação e produção de novos materiais. Alguns autores acreditam que no Brasil ocorreu tal dispersão a partir da transferência de inúmeras indústrias da cidade de São Paulo para municípios localizados no interior do país (MATOS, 1995).

emigrantes e/ou o aumento do retorno de antigos emigrados em função das melhorias sociais e infraestruturais ali ocorridas. Acredita-se que no caso baiano, a mudança da tendência histórica de perdas populacionais vincula-se às duas hipóteses mencionadas uma vez que a cidade de São Paulo, e seu entorno, vem apresentando alto custo de vida, ao passo que a Bahia vem passando por certo dinamismo econômico, onde novas oportunidades de trabalho e novos empreendimentos públicos e privados vêm contribuindo para diminuir seu histórico atraso econômico e social. Neste quadro tem importância relevante o papel das políticas criadas pelo Governo Federal nas últimas décadas, sobretudo àquelas voltadas às transferências de renda e à criação ou ampliação de objetos geográficos (ferrovias, estradas, aquedutos, aeroportos, etc.).

2. Aportes teóricos sobre as redes

A discussão sobre o urbano no Brasil amplia-se consideravelmente a partir dos anos 50 anos do século XX. As transformações sociais, econômicas e político-jurídicas ocorridas na sociedade brasileira, advindas do intenso processo de urbanização e de novas formas de uso do espaço rural, passaram a compor temas de pesquisa. Desde então, a produção escrita que versa sobre o tema tem crescido significativamente e pode ser abordada de diferentes maneiras.

Para Santos (2006), as conceituações e definições sobre rede enquadram-se em duas grandes matrizes; a que considera seu aspecto material e a segunda que leva em conta as relações sociais. Uma de suas características é a existência da polarização de pontos que se atraem e se difundem (BAKU *apud* SANTOS, 2006, p. 262), como ocorre com a rede de cidades. Para ele, as redes podem ser examinadas tanto do ponto de vista genético, quanto atual; atualmente, inserem-se no período técnico-científico-informacional e distribuem-se globalmente. Mesmo centralizando em seu debate, as redes produtivas ou as redes de transporte, de comércio e de informação, implicitamente, o autor aludi ao papel das cidades na materialização destas, portanto, na dinâmica das trocas espaciais em diferentes escalas.

As redes surgem em função de uma demanda social, desempenham papel relevante na organização do território. Para Dias (1996, p. 144), o termo *rede* aparece na literatura na primeira metade do século XIX nos escritos de Michel Chevalier quando evidenciava a relação existente entre as comunicações e o crédito. A expressão aparece como conceito chave no pensamento de Saint-Simon, cuja escola introduziu àquele a propriedade de conexão, sem a qual não ocorrem as diferentes trocas entre seus nós. As solidariedades estabelecidas entre pontos dispersos no espaço pressupõem a existência de espacialidades. Desta forma, as redes materiais constituem as chamadas redes geográficas.

Por rede geográfica entende-se “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si por fluxos de natureza diversa (CORRÊA, 2011). Assim, o caráter dinâmico do espaço e da sociedade que nele habita dá-se, sobretudo, em função desses fluxos. Quanto a sua origem, acredita-se que remonta à época das primeiras trocas estabelecidas entre grupos primitivos.

De acordo com Corrêa (1989), a temática da rede urbana surge nos estudos geográficos desde o último quartel do século XIX. Na primeira metade do século XX aumenta o interesse pelo tema. É deste período as proposições do alemão Walter Christaller que apresentou a teoria das Localidades Centrais, concebida a partir de estudo de caso, no qual analisou a distribuição geográfica de cidades no sul da Alemanha³. Para ele, existia ordem no padrão de disposição das localidades. Sua teoria valorizou, dentre diferentes fenômenos, o fluxo populacional entre lugares e constitui-se num dos primeiros estudos sobre a existência de redes entre núcleos de povoamento. Além disso, valorizou o espaço ao ver a distância como fator facilitador ou empecilho no estabelecimento de relações entre fornecedores e consumidores; sua teoria constitui-se num modelo explicativo acerca da distribuição espacial das atividades comerciais.

Dentre os geógrafos, Roberto Lobato Corrêa contribuiu com esta discussão, mediante reflexão teórica e metodológica, baseada em estudos de casos com ênfase em redes de cidades localizadas no Norte, no Nordeste e no Sudeste brasileiro. Para ele, a rede urbana é um conjunto de centros urbanos articulados entre si, e pode ser estudada sob diferentes perspectivas: a partir das funções das cidades na rede, das dimensões básicas de variação dos sistemas urbanos, de acordo com as relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, levando-se em conta a hierarquia existente entre elas e a partir de suas relações com a região onde estão inseridas (2005). Afirma que a rede urbana é simultaneamente um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho e apresenta configurações e especificidades vinculadas ao estágio de exploração da sociedade ou grupo de país em questão, sobretudo no que se refere às relações campo – cidade. O entendimento de que a rede urbana é “uma expressão fenomênica particular de processos sociais” (p. 37), que possui forma, função e inserem-se em determinado processo e estrutura específicas, resultando da

³ No Brasil, os estudos sobre a rede urbana ganham espaço nas diferentes meios de publicação científica a partir dos anos 1960 do século XX. Um dos periódicos mais utilizados para esse fim foi a Revista Brasileira de Geografia (RBG). Muitos pesquisadores a utilizaram para divulgar resultados de pesquisas envolvendo o tema (FAISSOL, 1970; MAGNANINI, 1971; CAPEL, 1972; DAVIDOVICH & FREDRICH, 1982; CORRÊA, 1969, 1970, 1987, 1988).

combinação singular de variáveis que datam de temporalidades diferentes é descrito pelo autor acima mencionado.

De acordo com Corrêa (1989, p. 6-7), admite-se a existência de uma rede urbana quando há uma economia de mercado cujas trocas alcançaram áreas externas, quando há pontos fixos no território que possibilitam estas trocas e há articulação entre seus núcleos. Para ele a rede urbana é um conjunto de centros funcionalmente articulados, e expressa “as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade” (IBIDEM, p. 8). Com o crescente processo de urbanização do Brasil, a partir da década de 1950 do século passado, sua rede urbana passa por transformações importantes caracterizadas pelo surgimento de novas cidades à consolidação de centros intermediários, conjugadas à desconcentração espacial da economia (MATOS, 2005, p.24). Estes fenômenos ocorrem no bojo da urbanização e, no caso brasileiro, relaciona-se à dispersão da população pelo território. Assim, as migrações entre localidades, bem como fluxos diversos respondem pelo reajustamento e consolidação da rede urbana brasileira que possui diferentes feições, correspondentes à espacialidades distintas. Neste sentido, concorda-se com MATOS que, ao discutir o quadro urbano brasileiro, introduz a ideia de país polimórfico “no qual coexistem múltiplas manifestações da modernidade e de arcaísmos históricos” (p. 32) e sugere “ser oportuno pensar na urbanização como um processo socioespacial ancorado por conexões geográficas que articulam pontos especiais (cidades ou áreas urbanas)” (p. 39). Existem poucos, mas significativos estudos que interpretam o fenômeno da rede urbana brasileira através dos fluxos migratórios. MATOS (2000, 2005), LOBO (2009), PORTO (2010) e LOBO & MATOS (2011) analisaram a rede urbana brasileira, com base nas regiões de influência das metrópoles brasileiras, enfocando características da rede de cidades existentes, sobretudo, em Minas Gerais. A região de influência de Salvador, embora apareça em parte nestes estudos não foi efetivamente focalizada em detalhe. A análise do comportamento da rede de cidades na região de influência de Salvador, a partir de fluxos intermunicipais, constitui no objetivo principal deste artigo. Inicialmente identificaram-se os municípios brasileiros que se inserem na região de influência da capital baiana utilizando-se do estudo das REGICs (IBGE, 2007).

Com base nos fluxos migratórios de data fixa, identificados nos últimos censos, pode-se estabelecer os principais vetores referentes aos movimentos espaciais na Região de

Influência de Salvador, como estabelecida pelo IBGE em 2007⁴. Essa proposta de regionalização retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados pelo IBGE, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas de 1972. Na atual versão, foi privilegiada a função de gestão do território, como definido por Corrêa (1995). Para esse autor, o centro de gestão do território

é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 1995, p.83).

2.1. Aporte metodológico: a REGIC 2007

De modo simplificado, a classificação de hierarquia na rede de cidades privilegiou dois níveis de centralidade: a Gestão Federal, avaliada a partir da existência de órgãos do Poder Executivo e do Judiciário Federal; e a Gestão Empresarial, que se refere à presença de diferentes equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão aberta e conexões aéreas). Classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição no âmbito da gestão federal e empresarial, o conjunto final das Regiões de Influência no território nacional compreende um total de 711 centros de gestão. A intensidade das ligações entre as cidades permitiu estabelecer suas áreas de influência e a articulação das redes de cidades. Para investigar a articulação dos centros de gestão, além dos eixos de gestão pública e de gestão empresarial, também foram considerados os serviços de saúde. As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico de pesquisa, que permitiram identificar 12 redes de primeiro nível. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de hierarquia, como descritos a seguir: *i*) METRÓPOLES – são os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações: 1.a - Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial; 1.b - Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para

⁴ Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços nos anos de 1966, 1978 e 1993.

centros localizados em todo o País; e 1.c - Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões, constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto; *ii*) CAPITAL REGIONAL – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios; *iii*) CENTRO SUB-REGIONAL – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais; *iv*) CENTRO DE ZONA – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares; e *v*) CENTRO LOCAL – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

A Região de Influência de Salvador, definida na REGIC 2007, envolve um total de 520 municípios (conforme divisão político-administrativa de 2007), discriminadas em uma Capital Regional A: Aracaju; três Capitais Regionais B: Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna; duas Capitais Regionais C: Juazeiro-Petrolina e Barreiras; sete Centros Sub-regionais A: Paulo Afonso, Irecê, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Guanambi e Teixeira de Freitas e um Centro Sub-regional B, neste caso Itaberaba, como indicados na Figura 1. Originalmente, o município de Itaberaba e aqueles que fazem parte de sua hinterlândia inseriam-se na área de influência direta de Salvador. No entanto, para atender ao critério de contiguidade espacial, foi necessário tratá-los como um conjunto à parte. Outro aspecto relevante a ser mencionado foi a inclusão da área comandada por Teixeira de Freitas à macro região de influência de Salvador. De acordo com a REGIC, este recorte espacial insere-se na região de influência do Rio de Janeiro, no entanto, todos os municípios ali inseridos estão sob influência direta da administração pública do estado baiano, por meio da presença de sedes regionais, de universidade, de diferentes serviços, bem como do sentimento de pertencimento da população a esta unidade da Federação. Outro fator que corrobora à inclusão deste espaço na grande área de estudo é o interesse em compreender a dinâmica migratória recente do estado da Bahia.

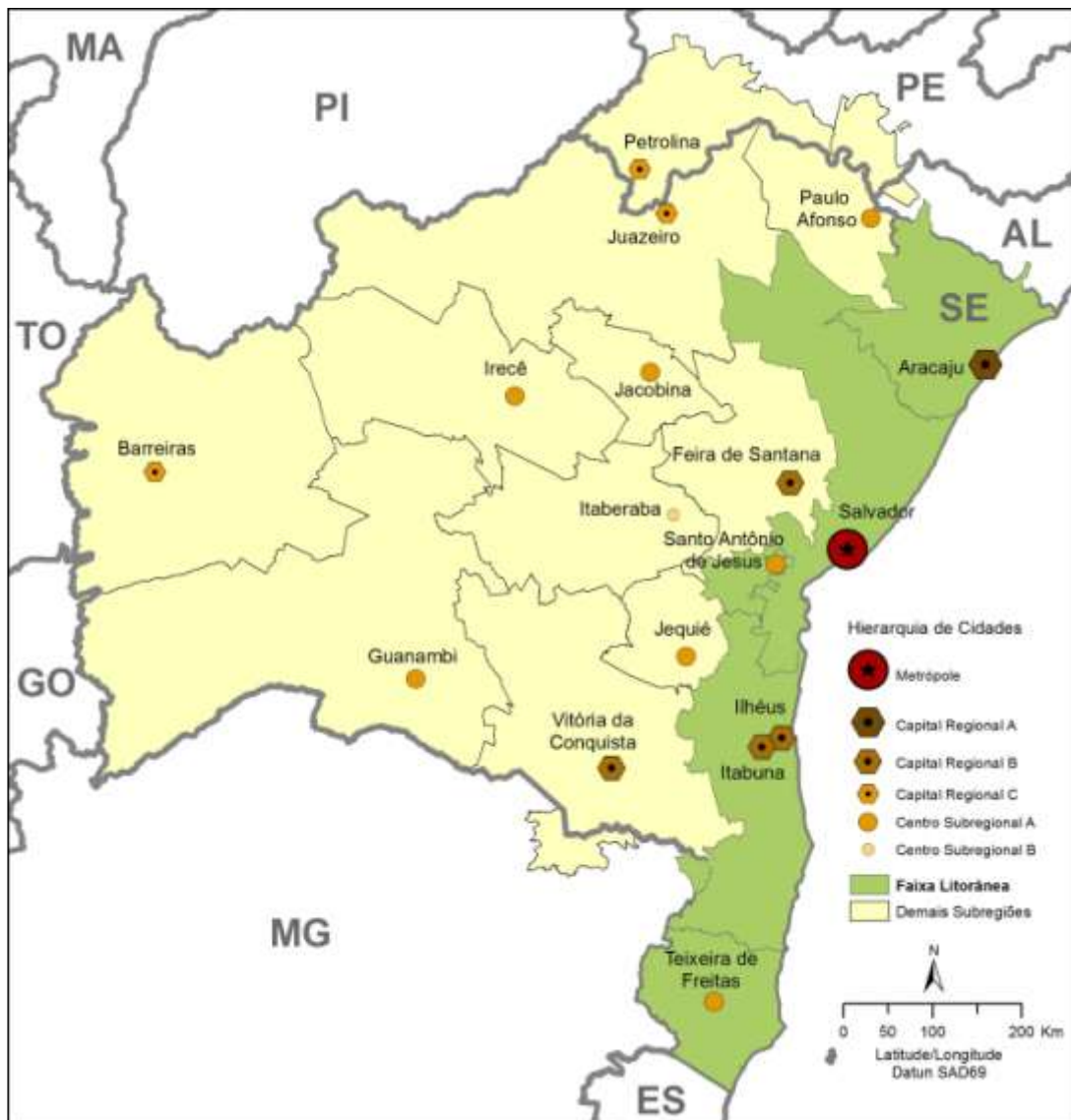


Figura 1: REGICs - Regiões de Influência de Salvador – 2007

Fonte: IBGE, 2007.

A atualização disponibilizada pela REGIC 2007, ainda que possa suscitar ressalvas metodológicas e apresentar limitações de análise, oferece um retrato aproximado das relações de interdependência que se estabelecem no espaço, onde os fluxos da força de trabalho assumem um papel especialmente relevante. Tomando o município como unidade espacial mínima de análise, de acordo com a divisão político-administrativa em cada período, os subsequentes recortes espaciais (agregações) permitem identificar as entradas e as saídas de migrantes e os deslocamentos pendulares nos diferentes níveis hierárquicos: envolvendo as trocas entre as metrópoles e as capitais regionais, bem como os Centros Locais (demais município).

3. Números em movimento, migrações e rede urbana da Bahia

A inserção da variável população nos estudos urbanos constitui-se necessidade uma vez que a quantidade de pessoas residentes numa determinada fração do território influi na dinâmica econômica e espacial. As relações de trocas entre municípios e entre cidades estabelecem hierarquias entre localidades centrais e vínculos de interdependência intrarregional. As perdas e os ganhos populacionais destes centros podem indicar o papel de cada um na rede urbana regional, bem como sua evolução em determinado período de tempo.

Observa-se que todas os recortes sub-espaciais, sob influência de Salvador, mantiveram, predominantemente, saldo migratório negativo nas trocas internas e externas nos censos de 1991, 2000 e 2010, como se observa nas Figuras 2, 3 e 4. A maioria dos municípios que sediam as capitais regionais, os centros sub-regionais e a metrópole, apresentou, também, saldos migratórios negativos. Apenas Barreiras, Juazeiro-Petrolina, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana e Teixeira de Freitas obtiveram ganhos populacionais resultantes das migrações internas.

Outro aspecto relevante a ser considerado, refere-se ao comportamento demográfico apresentado pelas capitais estaduais, Salvador e Sergipe. Embora o saldo migratório da capital baiana tenha sido positivo em 1991, nos decênios seguintes manteve, assim como a capital sergipana, trocas populacionais negativas. Comportamento diferente observa-se na maioria dos municípios metropolitanos, que tiveram saldos positivos nos três períodos. A dispersão das atividades econômicas, a partir das capitais, em direção aos municípios metropolitanos contribuiu para a atração de migrantes, bem como para o desenvolvimento dessas localidades. Uma interpretação possível desse comportamento é o efeito da “reversão da polarização”, ocorrida no país, a partir de São Paulo em direção às cidades do interior do estado ou das regiões. O mesmo processo pode estar ocorrendo nas capitais estaduais em favor dos municípios localizados no seu entorno ou em favor das cidades médias situadas em seu interior. Salvador e Aracaju passam por este processo e o saldo migratório negativo é considerado um indicativo desse fenômeno.

Como mencionado anteriormente, a região de influência de Salvador apresenta perdas populacionais significativa nos períodos analisados. Este quadro demográfico é uma característica marcante do complexo regional nordestino. Segundo Balán (1972, p. 49) há indícios de migração nordestina em direção à São Paulo desde a década de 1920. A partir de 1930 muitos fatores contribuíram para mais deslocamentos direcionados ao Sudeste e em seguida para o Centro-Oeste. A Bahia antecipou-se neste processo, sendo o primeiro estado da região de onde saiu grande quantidade de migrantes para as áreas mencionadas.

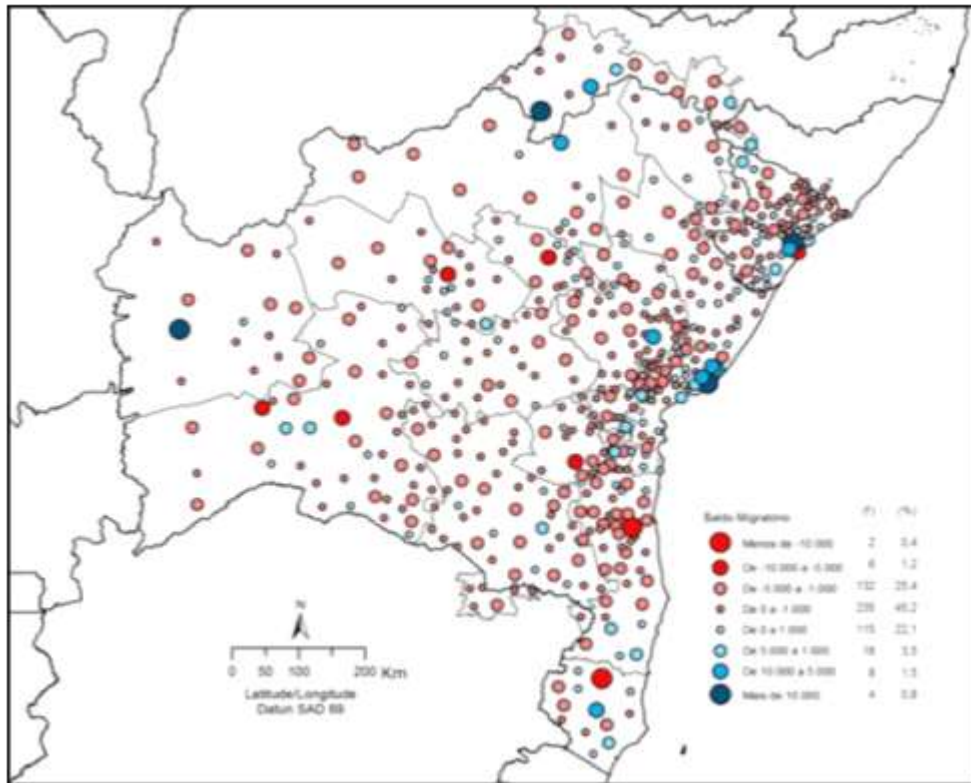


Figura 2: Região de Influência de Salvador: Saldo migratório – 1991

Fonte: IBGE, 1991.

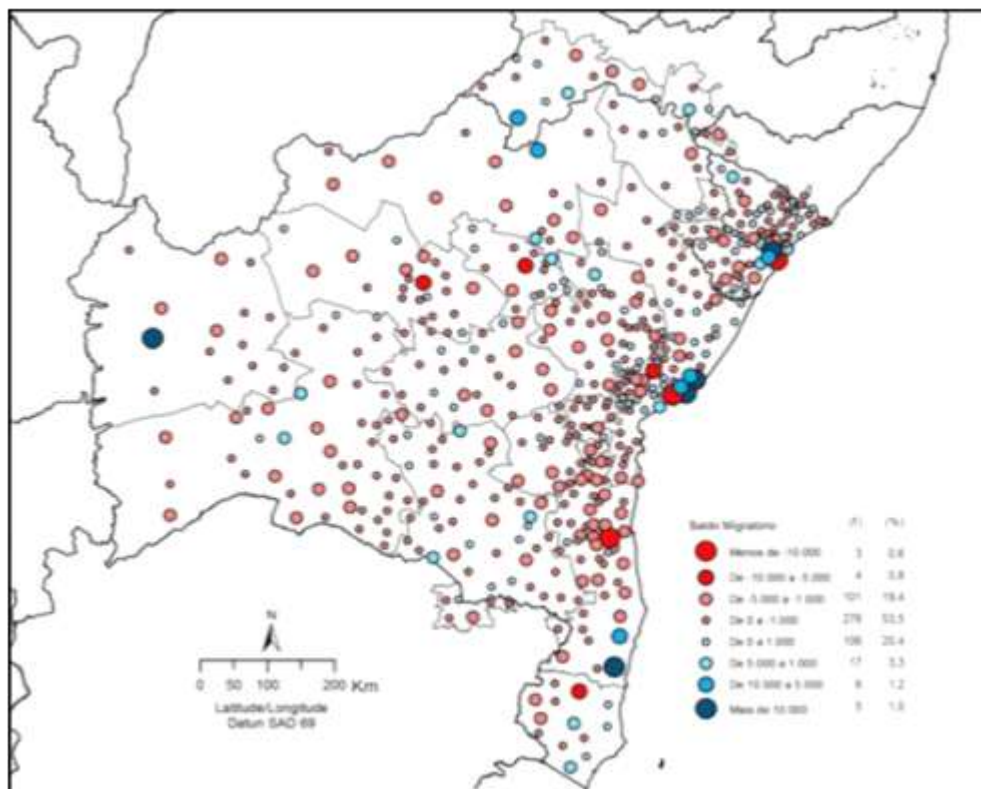


Figura 3: Região de Influência de Salvador: Saldo migratório – 2000

Fonte: IBGE, 2000.

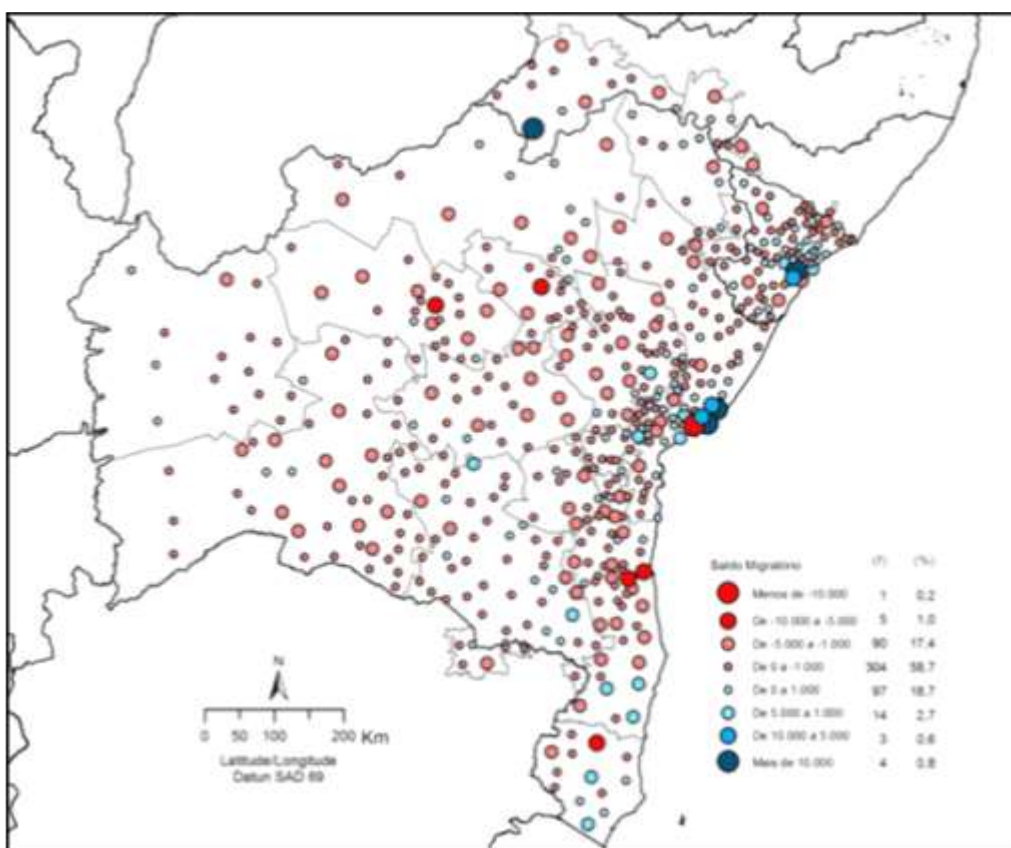


Figura 4: Região de Influência de Salvador: Saldo migratório – 2010

Fonte: IBGE, 2010.

A Tabela 2 mostra as trocas migratórias, de “data fixa”, entre a região de influência de Salvador e os estados da Federação. As trocas intensificam-se no período dos 3 quinquênios. O Censo de 2010 revela que pela primeira vez seis regiões passaram a exibir saldos positivos. Antes, só o Censo de 1991 chegou a indicar cinco subunidades com saldo positivo com o resto do país. Se este comportamento confirmar-se nas décadas futuras a região de influência de Salvador poderá reduzir suas perdas populacionais em função de um novo padrão migratório que se esboça neste início de século, tanto no interior da região de influência de Salvador, como em todo território nacional.

No quinquênio 1985/1991 o saldo migratório negativo foi de 232.478; as saídas mais expressivas deram-se para os estados de São Paulo, Goiás e Espírito Santo. Embora tenha predominado esse saldo, a REGIC Salvador obteve ganhos consideráveis nas trocas migratórias com a maioria dos estados nordestinos. As mais significativas foram com os estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará. Estes perderam, respectivamente, 15.851, 8.558 e 3.504 migrantes.

Tabela 2: Fluxos migratórios inter-regionais com origem e destino na Região de Influência de Salvador, conforme procedência das unidades da federação (Ufs), migração intermunicipal de data fixa

Ufs	1986/1991					1995/2000					2005/2010				
	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	
Rondônia	1.554	0,68	5.775	1,26	-4.221	1.279	0,43	2.780	0,52	-1.501	1.381	0,47	2.318	0,44	-938
Acre	110	0,05	167	0,04	-57	118	0,04	209	0,04	-92	95	0,03	399	0,08	-304
Amazonas	834	0,37	1.061	0,23	-227	1.116	0,38	1.002	0,19	113	960	0,33	1.036	0,20	-76
Roraima	143	0,06	535	0,12	-391	326	0,11	341	0,06	-15	190	0,06	448	0,09	-259
Pará	2.912	1,28	13.448	2,92	-10.536	3.310	1,12	6.224	0,97	-1.914	5.538	1,88	4.502	0,86	1.035
Amapá	49	0,02	165	0,04	-116	107	0,04	219	0,04	-112	184	0,06	165	0,03	19
Tocantins	592	0,26	2.155	0,47	-1.564	1.762	0,60	2.672	0,50	-910	1.768	0,60	3.455	0,66	-1.687
Maranhão	2.237	0,98	2.998	0,65	-761	2.718	0,92	2.302	0,43	416	2.544	0,86	3.283	0,63	-740
Piauí	5.215	2,29	4.161	0,90	1.054	4.656	1,58	5.020	0,93	-364	6.064	2,06	4.614	0,88	1.449
Ceará	10.671	4,69	7.167	1,56	3.504	9.224	3,13	9.785	1,82	-561	12.299	4,18	7.978	1,52	4.321
Rio Grande do Norte	2.373	1,04	3.290	0,72	-917	2.639	0,90	3.525	0,66	-886	2.394	0,81	3.251	0,62	-858
Paraíba	7.270	3,20	4.580	1,00	2.690	6.158	2,09	6.249	1,16	-90	6.061	2,06	5.162	0,98	899
Pernambuco	37.146	16,34	21.295	4,63	15.851	34.034	11,54	18.652	3,47	15.383	27.051	9,19	19.504	3,72	7.547
Alagoas	20.414	8,98	11.856	2,58	8.558	21.447	7,27	10.170	1,89	11.277	21.008	7,14	12.089	2,30	8.918
Minas Gerais	18.599	8,18	29.562	6,43	-10.963	21.156	7,18	39.898	7,42	-18.741	23.920	8,12	46.353	8,83	-22.433
Espírito Santo	9.191	4,04	23.026	5,01	-13.835	14.766	5,01	31.527	5,86	-16.761	12.478	4,24	41.675	7,94	-29.197
Rio de Janeiro	19.116	8,41	18.895	4,11	221	18.497	6,27	32.352	6,01	-13.856	19.036	6,47	31.015	5,91	-11.979
São Paulo	71.467	31,44	244.602	53,20	-173.135	121.837	41,32	290.864	54,06	-169.027	112.932	38,36	247.464	47,14	-134.532
Paraná	3.186	1,40	4.153	0,90	-967	4.507	1,53	5.994	1,11	-1.487	5.549	1,88	7.594	1,45	-2.045
Santa Catarina	695	0,31	1.199	0,26	-505	1.381	0,47	2.288	0,43	-907	2.025	0,69	9.089	1,73	-7.064
Rio Grande do Sul	3.064	1,35	2.382	0,52	682	4.128	1,40	2.330	0,43	1.798	4.496	1,53	3.566	0,68	931
Mato Grosso do Sul	765	0,34	2.090	0,45	-1.326	1.569	0,53	2.187	0,41	-619	1.750	0,59	2.765	0,53	-1.015
Mato Grosso	893	0,39	6.317	1,37	-5.424	2.401	0,81	5.128	0,95	-2.727	2.908	0,99	4.793	0,91	-1.885
Goiás	3.762	1,65	26.869	5,84	-23.107	8.185	2,78	32.094	5,96	-23.909	10.247	3,48	39.854	7,59	-29.607
Distrito Federal	5.076	2,23	22.064	4,80	-16.987	7.512	2,55	25.247	4,69	-17.735	11.535	3,92	22.584	4,30	-11.049
Total	227.334	100,00	459.812	100,00	-232.478	294.832	100,00	538.058	100,00	-243.226	294.410	100	524.956	100	-230.546

Obs: São excluídos os fluxos migratórios na REGIC de Salvador.

Fonte: Censos Demográficos – IBGE.

Quanto ao quinquênio 1995/2000, o saldo migratório manteve a tendência do recorte temporal anterior: a região de influência da capital baiana apresenta, novamente, saldo migratório negativo de 243.226 pessoas; aproximadamente 10 mil a mais que período 1985/1991. As perdas maiores ocorreram, novamente, com os estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Considera-se que a região de influência de Salvador manteve saldo negativo com todas as Unidades da Federação entre os anos de 1995 e 2000; à exceção dá-se somente com os estados nordestinos de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul e Maranhão. Nas trocas populacionais com estes estados o saldo migratório positivo foi de 15.383, 11.277, 1.798 e 113 migrantes, respectivamente. No quinquênio 2005/2010 confirma-se a tendência das décadas anteriores: a REGIC Salvador continua mantendo saldo migratório negativo com a maioria das Unidades da Federação, sobretudo com estados da Região Sudeste e trocas positivas com os estados da Região Nordeste e Norte. Pernambuco e Alagoas registraram as maiores perdas e São Paulo e Goiás os maiores ganhos migratórios. Os novos comportamentos surgidos neste período manifestam-se nas trocas migratórias positivas com os estados do Pará e do Amapá.

Em síntese, aludi-se que a REGIC Salvador manteve trocas migratórias negativas com a maioria das unidades federativas nos três períodos observados: Rondônia, Acre, Roraima e

Tocantins (Região Norte); Rio Grande do Norte (Região Nordeste); São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (Região Sudeste); Paraná e Santa Catarina (Região Sul) e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (Região Centro-Oeste). As trocas com o Distrito Federal também apresentaram esta característica. Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul são as únicas unidades da federação, com as quais a região manteve ganhos positivos em suas trocas migratórias.

Qual é o papel de Salvador nas trocas migratórias intrarregionais observadas em sua região de Influência? A capital baiana tem repellido ou atraído mais migrantes nas três últimas décadas? Se tem atraído ou repellido, quais são as localidades ganhadoras ou perdedoras destas trocas? Para responder a estas questões, conviria dividir o espaço de sua região de influência em duas subáreas: a que corresponde ao que denominamos Faixa Litorânea (espaço com polos com menos de 150 km, em linha reta, de distância da orla marítima) e a que corresponde ao interior da região.

A faixa litorânea, ocupada sucessivamente desde os primórdios da colonização portuguesa, compõe-se das sub-regiões de Aracaju, Santo Antonio de Jesus, Ilhéus/Itabuna, Teixeira de Freitas e a própria região de influência direta de Salvador. As sub-regiões interioranas são as dez restantes. Como se observa na Tabela 3, no Censo de 1991, a faixa litorânea teve um saldo negativo com o município de Salvador de 2.762 pessoas, sobretudo em decorrência das perdas de Ilhéus/Itabuna e Santo Antônio de Jesus. Este saldo não é mais negativo em razão das 34.099 pessoas que saíram de Salvador para sua hinterlândia direta. No ano 2000, o saldo positivo a favor da hinterlândia de Salvador aumenta significativamente (21.496), o que repercute no saldo positivo da faixa litorânea de 18.560 migrantes. No quinquênio 2005/2010, a mesma tendência se observa; os ganhos da periferia de Salvador chegam a 33.321 pessoas nas trocas com a capital. Acrescente-se que nos três quinquênios, Aracaju manteve saldos positivos com o município de Salvador, embora em 2010 estes ganhos reduziram-se para 2.635 pessoas.

No interior da região de influência os dados são diferenciados: em todos os três quinquênios o interior perdeu população para a capital do estado. No período 1986/1991 houve uma perda de 21.701 indivíduos; entre 1995/2000 a perda reduziu-se a 9.799 pessoas e no quinquênio 2005/2010, os dados de “data fixa” mostram a continuidade do nível de perdas: 5.031 migrantes. As sub-regiões que mais perderam população em 1991 foram Feira de Santana, Jequié e Itaberaba. Pelo Censo de 2000, as sub-regiões de Feira de Santana e de Petrolina/Juazeiro foram as que mais perderam migrantes para Salvador, apresentaram saldos negativos de 6.545 e 1065 pessoas, respectivamente. No Censo de 2010 o nível de perdas para

Salvador diminui de um modo geral. Feira de Santana continua sendo uma região de perda, mas seu saldo negativo foi menor que o registrado em 2000 (1.446 pessoas). Entretanto, o nível de perdas de Irecê assume a liderança; seu saldo negativo chegou a 1.465 pessoas. As sub-regiões que ganharam população nas trocas migratórias com Salvador foram muito poucas, a exemplo de Vitória da Conquista e de Paulo Afonso, no período 1986/1991; de Vitória da Conquista e de Barreiras, de 1995/2000 e Barreiras, no período 2005/2010. A Tabela 3 indica que a faixa litorânea vem ganhando mais população procedente de Salvador, conforme os dados dos últimos dois censos. Quanto ao interior da REGIC, os saldos migratórios foram negativos nos três censos; estas evidências sugerem que o processo de desconcentração da população na Região de Influência de Salvador difunde-se principalmente pela faixa litorânea e, em sua periferia imediata e sub-regiões vizinhas.

Quanto aos fluxos migratórios observados entre os municípios-polos, sua hinterlândia, e o resto do espaço que compõe a região de influência de Salvador, percebeu-se que na faixa litorânea há, em seu conjunto, saldos positivos em maior número que no interior da região. Se por hipótese acumulássemos o saldo dos três últimos censos, as sub-regiões da faixa litorânea ganhariam mais de 63 mil migrantes, enquanto no interior da região o volume de perdas seria bastante considerável. Na faixa litorânea, quais são os espaços mais dinâmicos, em termos demográficos? São principalmente Salvador e sua hinterlândia direta, bem como Aracaju. Em ambos os casos, as hinterlândias dos polos apresentaram saldos positivos e os polos, sistematicamente, saldos negativos. Note-se que tais polos são capitais estaduais, que acumularam historicamente relevante volume populacional, portanto, a sua contribuição no processo de redistribuição da população, pode ser maior nos demais casos. Os polos de Teixeira de Freitas, Ilhéus/Itabuna e Santo Antônio de Jesus, em contraste às capitais estaduais exibem saldos positivos, como se observa na Tabela 4. Se focalizarmos o interior da região de influência de Salvador as conclusões são significativamente distintas: cinco polos mostraram expressivos ganhos nas trocas com os municípios da REGIC; a saber: Petrolina/Juazeiro, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Guanambi. Em todas as hinterlândias desses cinco polos os saldos migratórios são, eminentemente, negativos. Cidades como Irecê, Jacobina, Itaberaba, Jequié e Paulo Afonso, a despeito de serem centros de porte médio, vêm perdendo população nos três últimos censos. Isto significa que no interior da região existem apenas cinco cidades dinâmicas, já referidas.

Tabela 3 - Fluxos e saldo migratórios intra-regionais com origem e destino no município de Salvador, discriminados conforme regiões de influência, migração de data fixa 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

REGICs	1991					2000					2010				
	E	%	I	%	Saldo	E	%	I	%	Saldo	E	%	I	%	Saldo
FAIXA LITORÂNEA	49.833	53,8	47.070	69,0	-2.762	48.077	54,7	66.637	69,0	18.560	39.671	52,3	75.562	70,8	35.891
Aracaju	3.123	3,4	4.609	6,8	1.486	3.959	4,5	5.046	5,2	1.086	3.010	3,97	5.646	5,3	2.635
Ilhéus/Itabuna	11.147	12,0	4.929	7,2	-6.218	9.376	10,7	6.353	6,6	-3.022	6.789	8,96	5.935	5,6	-854
Santo Antônio de Jesus	5.640	6,1	2.941	4,3	-2.700	5.254	6,0	3.926	4,1	-1.328	3.752	4,95	4.539	4,3	787
Teixeira de Freitas	727	0,8	492	0,7	-234	441	0,5	770	0,8	329	450	0,59	452	0,4	2
Hinterlândia direta de SSA	29.196	31,51	34.099	50,0	4.903	29.046	33,1	50.543	52,3	21.496	25.669	33,86	58.990	55,3	33.321
INTERIOR DA REGIÃO	42.821	46,2	21.120	31,0	-21.701	39.772	45,3	29.974	31,0	-9.799	36.134	47,7	31.103	29,2	-5.031
Barreiras	304	0,3	367	0,5	63	385	0,4	825	0,9	441	256	0,3	1.117	1,0	861
Feira de Santana	21.305	23,0	10.054	14,7	-11.251	20.664	23,5	14.119	14,6	-6.545	17.456	23,0	16.010	15,0	-1.446
Guanambi	1.626	1,8	829	1,2	-797	1.523	1,7	1.156	1,2	-367	1.653	2,2	921	0,9	-732
Irecê	1.913	2,1	951	1,4	-962	1.849	2,1	1.055	1,1	-794	2.495	3,3	1.030	1,0	-1.465
Itaberaba	3.734	4,0	1.516	2,2	-2.218	2.723	3,1	2.367	2,5	-356	2.943	3,9	2.535	2,4	-409
Jacobina	2.485	2,7	1.011	1,5	-1.475	2.393	2,7	1.483	1,5	-910	1.844	2,4	1.775	1,7	-69
Jequié	4.102	4,4	1.517	2,2	-2.585	2.933	3,3	2.152	2,2	-781	2.072	2,7	1.800	1,7	-273
Paulo Afonso	445	0,5	555	0,8	109	817	0,9	542	0,6	-275	387	0,5	585	0,5	198
Petrolina/Juazeiro	3.748	4,0	2.051	3,0	-1.696	3.646	4,2	2.581	2,7	-1.065	3.661	4,8	2.868	2,7	-793
Vitória da Conquista	3.160	3,4	2.270	3,3	890	2.839	3,2	3.693	3,8	853	3.367	4,4	2.464	2,3	-903
TOTAL GERAL	92.654	100,0	68.190	100,0	24.464	87.849	100,0	96.611	100,0	8.762	75.805	100,0	106.665	100,0	30.860

Nota: I=Imigração; E=Emigração.

Fonte: Censos Demográficos – IBGE.

Tabela 4 - Imigrantes e emigrantes da Região de Influência de Salvador distribuídos nas sub-regiões discriminadas segundo seus respectivos polos e hinterlândias - Imigrantes de data fixa dos censos de 1991, 2000 e 2010

REGICs	1991			2000			2010		
	I	E	Saldo	I	E	Saldo	I	E	Saldo
FAIXA LITORÂNEA									
Aracaju	26.191	37.248	-11.058	21.723	40.331	-18.608	28.028	32.171	-4.143
Hinterlândia	45.861	29.743	16.118	46.659	25.546	21.113	37.375	28.511	8.863
Ilhéus/Itabuna	21.392	18.213	3.179	21.106	19.517	1.588	16.323	18.147	-1.825
Hinterlândia	30.809	44.867	-14.058	32.055	40.999	-8.944	27.052	34.498	-7.446
Santo Antônio de Jesus	5.681	4.563	1.118	5.751	4.919	832	6.646	4.735	1.911
Hinterlândia	5.874	9.361	-3.486	7.095	9.214	-2.119	7.108	8.421	-1.313
Teixeira de Freitas	8.974	2.907	6.067	9.123	4.591	4.531	9.231	4.496	4.735
Hinterlândia	7.311	10.006	-2.695	6.470	9.552	-3.081	7.192	9.223	-2.031
Salvador	92.654	68.190	24.464	87.849	96.611	-8.762	75.805	106.665	-30.860
Hinterlândia Direta	72.472	57.729	14.744	88.778	57.837	30.942	101.417	57.348	44.069
INTERIOR DA REGIÃO									
Barreiras	12.776	2.063	10.712	16.056	4.777	11.279	8.826	6.304	2.522
Hinterlândia	3.152	6.259	-3.107	3.540	6.192	-2.652	15.501	5.839	9.662
Feira de Santana	28.025	16.430	11.595	25.349	20.071	5.279	24.416	18.515	5.901
Hinterlândia	19.778	43.709	-23.931	24.433	40.395	-15.962	27.314	37.914	-10.600
Guanambi	3.778	2.845	933	2.685	2.301	384	2.719	2.076	642
Hinterlândia	9.847	12.268	-2.421	9.063	10.749	-1.686	8.064	11.520	-3.456
Irecê	4.868	7.148	-2.280	6.125	5.857	268	4.724	6.201	-1.477
Hinterlândia	9.057	12.905	-3.848	7.045	13.101	-6.056	6.962	12.577	-5.615
Itaberaba	3.896	4.390	-494	3.643	3.575	68	2.484	3.304	-820
Hinterlândia	7.321	12.801	-5.480	8.884	12.098	-3.214	9.106	13.453	-4.346
Jacobina	3.504	6.714	-3.210	3.950	6.077	-2.127	3.956	5.565	-1.609
Hinterlândia	5.857	7.923	-2.066	7.003	7.005	-2	6.510	8.031	-1.521
Jequié	6.219	7.536	-1.317	7.217	6.711	506	6.392	6.210	182
Hinterlândia	6.376	11.401	-5.025	6.572	9.045	-2.473	5.803	7.336	-1.533
Paulo Afonso	3.216	4.549	-1.333	3.234	3.680	-446	3.368	3.810	-441
Hinterlândia	4.897	11.142	-6.245	5.031	6.926	-1.895	5.228	6.048	-820
Petrolina/Juazeiro	16.607	7.323	9.284	19.402	11.967	7.435	19.313	10.604	8.709
Hinterlândia	16.783	22.528	-5.745	15.502	23.617	-8.115	14.077	25.237	-11.161
Vitória da Conquista	14.660	7.750	6.910	14.685	8.901	5.785	14.000	9.501	4.498
Hinterlândia	12.995	20.319	-7.323	14.508	18.376	-3.868	15.830	16.510	-680

Fonte: Censos Demográficos – IBGE.

4. Considerações finais

Os municípios que se destacaram em relação ao fenômeno em questão, ou seja, apresentaram as maiores trocas migratórias positivas localizam-se nos arredores de Salvador e nos extremos norte, oeste e sul da região de influência da capital baiana. A dinâmica migratória ocorrida em Juazeiro-Petrolina e em Barreiras nas últimas décadas vincula-se à expansão do agronegócio e dos serviços subsidiários. Nos primeiros, o saldo migratório manteve patamar similar nos três períodos, ao passo que Barreiras apresentou queda significativa de 1991 a 2010, a despeito de apresentar incremento populacional por meio da migração. Quanto à Teixeira de Freitas, pelo menos três fatores contribuíram para o expressivo saldo migratório positivo ocorrido desde 1991: *i*) sua localização geográfica favorecida pela proximidade dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; *ii*) sua relação com a BR 101; e *iii*) o desenvolvimento da eucaliptura nos seus arredores. Os municípios de Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana, localizados a um raio de aproximadamente 150 quilômetros de Salvador, juntamente com maioria dos municípios metropolitanos também apresentaram ganhos populacionais significativos. Considera-se que houve seletividade dessas localidades uma vez que ganharam mais população nos períodos analisados em relação àqueles que se localizam no interior da região de influência de Salvador. As cidades médias dinâmicas situam-se na franja dessa região e nas proximidades das capitais estaduais.

A interiorização da urbanização baiana, rumo às fronteiras estaduais, indica a consolidação de uma rede urbana mais sofisticada e menos desproporcional em relação aos seus núcleos originais. Embora a maioria dos polos regionais, situados no interior do estado, não apresente saldos migratórios positivos, acredita-se que contribuem para a consolidação da rede de cidades regional e desempenham importante papel na organização do território. Neste grupo, insere Vitória da Conquista, uma das três capitais regionais – nível B – que manteve trocas positivas descontínuas com a capital do estado.

5. Referências bibliográficas

- BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos SEBRAPE**, V. 1, p 7-79, jul-set, 1972.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. Ática, São Paulo, 1989.
- _____. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, p.83-102, 1995.
- _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **Trajetórias geográficas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2011.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1996, 141-162.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: **IBGE**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, p. 81-101, 2011.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. 12 (1/2), 1995.

_____. **Espacialidades em rede. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2005.

PORTO. Gil Carlos Silveira. Desenvolvimento e imigração na Bahia: uma contribuição aos estudos populacionais em Geografia. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 9., Goiânia, 2011. **Anais ...** Goiânia: ENANPEGE, 2011. p. 1-5.

_____. **Configuração Sócio-espacial e Inserção das feiras livres de Itapetinga-Ba e arredores no circuito inferior da economia**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS. Milton. **A natureza do espaço**. EDUSP, São Paulo, 2006.